



UM OLHAR SOBRE O ESPAÇO RURAL DE RIO BONITO -RJ: A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO

Antonio Carlos Lessa da Rocha ¹
Yasmin Vieira Helayel Tavares ²

RESUMO

Este artigo foi desenvolvido com o intuito de demonstrar as transformações ocorridas no espaço rural do município de Rio Bonito e o papel do agricultor familiar a partir do acréscimo de gêneros alimentícios da agricultura familiar na alimentação escolar do município em tela, a partir, da Lei nº11. 947/2009 que dispõe sobre a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, utilizando no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e uma política de segurança alimentar e nutricional. Seu objetivo é avaliar a adesão da compra para alimentação escolar, mostrando as variadas potencialidades para o desenvolvimento local sustentável, para a valorização de uma alimentação saudável e que respeite a cultura alimentar local e para a reconexão entre produtores e consumidores. Destaco que esse artigo traz informações importantes sobre a alimentação escolar e sua contribuição para o desenvolvimento do aluno.

Palavras-chave: espaço rural, agricultura familiar, alimentação escolar, Rio Bonito

RESUMEN

Este artículo fue desarrollado con la finalidad de demostrar las transformaciones que se dieron en el espacio rural del municipio de Rio Bonito y el rol del agricultor familiar a partir de la incorporación de alimentos de la agricultura familiar en la alimentación escolar de la ciudad en cuestión. de la Ley No. 11. 947/2009, que prevé la compra de productos de la agricultura familiar para las comidas escolares, utilizando al menos el 30% de los recursos transferidos por el Fondo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) y una política de seguridad alimentaria y nutricional. Su objetivo es evaluar la adherencia de la compra a las comidas escolares, mostrando las diversas potencialidades para el desarrollo local sostenible, para la valoración de la comida sana que respete la cultura alimentaria local y para la reconexión entre productores y consumidores. Destaco que este artículo proporciona información importante sobre la alimentación escolar y su contribución al desarrollo de los estudiantes.

Palabras clave: espacio rural, agricultura familiar, alimentación escolar, Rio Bonito

¹ Doutorando em Geografia pelo PPGeo-UERJ, antoniocarlos130690@gmail.com;

² Pós-graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, yasminvhtavares@hotmail.com



INTRODUÇÃO

A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, garantido na constituição. A alimentação escolar é defendida como um direito dos estudantes e considerada uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que inclui o acesso de todos aos alimentos e também aos meios de produção. Neste sentido, a SAN referente à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) abrange todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, diversidade cultural e que sejam ambiental, culturais, econômica e socialmente sustentáveis.

As implantações de uma política de desenvolvimento sustentável favorecem a agricultura familiar como ação de desenvolvimento local e regional e se torna muito importante no âmbito escolar. Os agricultores familiares têm o PNAE como uma ferramenta de incentivo no planejamento da produção, a estruturação de mecanismos de comercialização e a articulação. A oferta de alimentos com qualidade e a valorização da produção familiar potencializa a afirmação de identidade desses agricultores, promovendo e fortalecendo o desenvolvimento local.

Este artigo é desenvolvido através da lógica da descoberta e parte do seguinte questionamento: como a agricultura familiar contribui para alimentação escolar em Rio Bonito? Neste contexto, objetivo geral é analisar o papel da agricultura familiar na alimentação escolar no município de Rio Bonito, para a ampliação da pesquisa apontamos alguns objetivos específicos são eles: analisar o passado e o presente da organização do espaço rural rio-bonitense; discutir a segurança alimentar e nutricional nas escolas; formação de hábitos alimentares saudáveis.

Como justificativa para a elaboração desta pesquisa, alimentação escolar vem ganhando importante espaço no desenvolvimento educacional da criança, por isso é de suma importância o papel do nutricionista na rede de ensino. A escolha de Rio Bonito como base empírica ocorreu devido ser um município de vocação agrícola, sendo produtor e consumidor de sua produção. Com pequenos estabelecimentos e feiras, a agricultura familiar se faz presente na organização do município em tela.



METODOLOGIA

Como operacionalização desta pesquisa foi estabelecida uma revisão integrativa sendo elaborada através do levantamento de autores que façam a discussão sobre o espaço rural e a expansão metropolitana do Rio de Janeiro. Para o acolhimento de dados referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolas, foi feita uma busca na base de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e documentos da Prefeitura Municipal de Rio Bonito. Para a ampliação do debate sobre o espaço rural rio-bonitense alguns autores foram escolhidos e com destaque o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Como critério de inclusão, partes dos dados foram adquiridas no período em que um dos autores trabalhou como Nutricionista do PNAE no município em tela.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Estado do Rio de Janeiro é uma das menores unidades da Federação, com uma extensão de aproximadamente 43.900 km² e, conseqüentemente, possui uma das maiores densidades demográficas do país, da ordem aproximada de 327,26 hab./km². Esses dados geram um forte impacto na organização socioespacial do estado (RIBEIRO; CAVALCANTI, 2012).

Uma das conseqüências da forte pressão da metropolização no espaço fluminense é o predomínio do urbano sobre o rural; “Tal fato pode ser evidenciado pela mais elevada taxa de população urbana do país, da ordem de 96% de seus residentes vivendo em cidades e vilas e, deste, 81% residindo em cidades” (RIBEIRO; CAVALCANTI, 2012, p. 145), segundo critérios oficiais adotados pelo IBGE.

Uma das formas de espacializar a expansão da metrópole fluminense é seguindo o padrão de eixos marcados por rodovias federais e estaduais. Utilizando a tipologia, segundo Ribeiro e Cavalcanti (2012), existem quatro eixos principais de expansão da metrópole e integrados ao espaço de metropolização.

O primeiro deles possui duas rodovias importantes no estado do Rio de Janeiro, a BR-101 (norte) e RJ-106 (Rodovia Amaral Peixoto), partindo da cidade do Rio de Janeiro em direção ao Norte Fluminense, até atingir o município de Campos dos Goytacazes, importante região na exploração de petróleo no Brasil e na qual sua



urbanização está voltada para esse setor da economia, tendo a Petrobras como sua principal representante. Neste eixo encontram-se os municípios pertencentes a Região de Governo das Baixadas Litorâneas, onde as atividades estão voltadas quase que exclusivamente para o turismo e segunda residência caracterizando-se por uma forte urbanização turística como aponta Ribeiro (2012).

O segundo eixo é cortado pela BR-101 (sul) a partir da cidade do Rio de Janeiro em direção a Região da Costa Verde, região do estado com forte urbanização turística, “capitaneado pela localização de resorts, marinas, condomínios fechados, entre outros” (RIBEIRO; CAVALCANTI, 2012, p. 152).

O terceiro, não menos importante, tem na BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) a sua representatividade, importante trecho rodoviário que liga as duas principais metrópoles brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo. Passando pela Baixada Fluminense, região com grande concentração populacional no estado e alcançando o Médio Vale do Paraíba chegando até o município de Itatiaia. Essas regiões possuem forte peso econômico para o estado, com grandes indústrias nacionais e internacionais, e também com a presença de atividades turísticas e de visitantes.

O quarto e último segue pela BR-040, também conhecida como Rodovia Washington Luís, partindo do Rio de Janeiro indo em direção à Região Serrana, onde encontramos o município de Petrópolis. Esse eixo se expande além dos limites do estado, passando por Juiz de Fora e chegando a Belo Horizonte, intenso em importância industrial e turística.

Ao comparar as duas principais metrópoles brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, a expansão metropolitana ocorre de forma diferente, pois esta, possui um crescimento areolar, enquanto o Rio de Janeiro possui uma expansão reticular, como apontou Lencioni (2008).

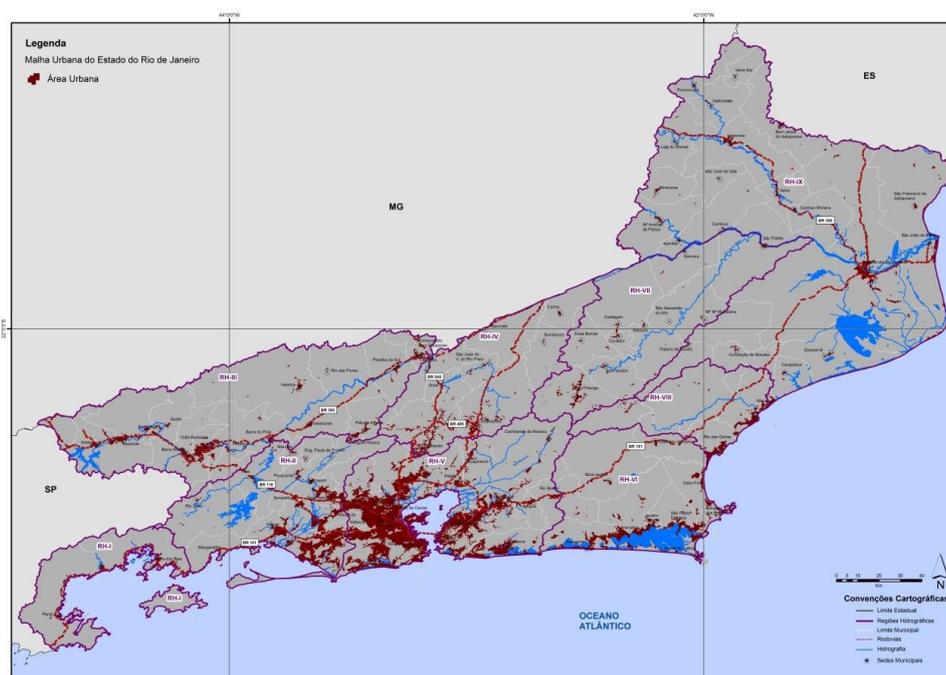
Diferentemente da metrópole paulistana, a cidade do Rio de Janeiro possui um papel concentrador e hegemônico dentro do Estado. Segundo Alentejano (2005) durante o século XX ocorreu um enorme crescimento da urbe carioca e de seu entorno frente a um esvaziamento do interior, gerando forte dependência da capital. O interior apesar de apresentar valores absolutos pouco expressivos em relação aos totais da capital e de municípios integrantes da Região Metropolitana, vem apresentando valores relativos expressivos, influenciados pela dinâmica econômica, como apontaram Ribeiro e O’neill (2012)



Esse poder concentrador da metrópole fluminense pode ser percebido nos números de habitantes residentes, sendo aproximadamente 75% de habitantes que residem na Região Metropolitana, desse valor, 42,4% estão habitando a cidade do Rio de Janeiro, de acordo com Ribeiro e Cavalcanti (2012).

No mapa 1 poderemos observar os eixos de expansão urbana do Rio de Janeiro como já mencionado.

Mapa 1 - Malha urbana do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

Ao observar o mapa 1 é possível verificar a grande concentração urbana presente na cidade do Rio de Janeiro e na periferia metropolitana, além de ocorrer um processo de conurbação entre o núcleo metropolitano e alguns municípios da baixada fluminense. É importante ressaltar que os eixos de expansão urbana estão ligados às principais rodovias do estado, a BR-101, BR-116, BR-040 e a RJ-106.

Uma grande contribuição para a expansão metropolitana fluminense ocorreu através de duas medidas importantes do Governo Federal: a primeira seria a obrigatoriedade de que 60% dos componentes da Petrobras fossem nacionais, com isso resgatando a antiga indústria de estaleiros nos municípios de Niterói e São Gonçalo. Outra medida foi a escolha do município de Itaboraí para receber um novo complexo de



refinarias de petróleo. Com a criação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro é resgatada a construção do Arco Metropolitano para o escoamento da produção da refinaria até o Porto de Itaguaí, deslocando o trânsito de caminhões do interior à metrópole. Esses empreendimentos acabaram gerando uma nova dinâmica urbano-industrial abrangendo grande parte da Região Metropolitana (OLIVEIRA, 2011).

Segundo Ribeiro (2012), a expansão da metrópole fluminense dentro desse circuito de petróleo fortaleceu antigas centralidades locais, onde o exemplo trabalhado pelo autor é o município de Campos dos Goytacazes³, devido à exploração na Bacia de Campos. Exercendo o papel de uma cidade média na região.

Novas centralidades locais também surgiram devido à exploração do petróleo, tendo como exemplo Macaé, principal município concentrador das empresas envolvidas na exploração da *commoditie*, reconhecida como a “capital do petróleo no Brasil”.

Um ponto a ser ressaltado, devido ao fortalecimento da indústria do petróleo no norte do Estado do Rio de Janeiro, foi uma série de emancipações que ocorreu na região com o objetivo do recolhimento de *royalties* pagos às Prefeituras como compensação da exploração do recurso natural em seu território. Esse surgimento de novos municípios foi muito facilitado pela Constituição Federal de 1988 (RIBEIRO, 2012).

Segundo Piquet (2010) alguns municípios foram criados nos anos de 1990, entre eles Armação dos Búzios, Carapebus, Quissamã e Rio das Ostras, todos recebem grande quantia de *royalties*. Sendo que Carapebus e Quissamã, antigos distritos, participaram do auge área da produção de cana-de-açúcar no norte do Estado do Rio de Janeiro, pertencentes ao município de Macaé. Vale ressaltar que esta atividade não se extinguiu por completo, ainda existem grandes fazendas de produção sucroalcooleira na região.

Sobre a expansão metropolitana do Rio de Janeiro, Alentejano (2005) nos aponta;

Dentre os principais agentes organizadores do espaço fluminense ao longo deste século, destacam-se o capital industrial e o capital imobiliário. O primeiro foi o principal responsável pelo impulso inicial do processo de metropolização. Já o segundo foi o principal agente da crescente subordinação do capital agrário no interior do estado, assim como da expulsão maciça do campesinato do campo, exceção feita às regiões

³ O município de Campos dos Goytacazes foi de grande importância no século XVIII devido à produção de cana-de-açúcar, tornando um importante centro econômico na América Portuguesa (ALENTEJANO, 2005)



Norte e Noroeste, onde o agente central da expulsão dos trabalhadores do campo foi o próprio capital agrário, em suas metamorfoses (p.49-50).

O mesmo autor desenvolve essa temática da metropolização do espaço fluminense, analisando a evolução do espaço agrário do Rio de Janeiro e apresentando uma periodização da expansão da urbanização que se iniciou nas primeiras décadas do século XX.

Até a chegada do século XX “a organização do espaço fluminense era hegemonizada pelo capital agrário e pelo capital mercantil” (ALANTEJANO, 2005, p. 51). O capital agrário muito concentrado na produção cafeeira, principalmente na Região do Vale do Paraíba, e a produção canavieira na Região Norte do estado, tendo o município de Campos dos Goytacazes como principal produtor. O capital mercantil estava ligado à presença do porto na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Alentejano (2005), o primeiro impulso ao processo de metropolização do espaço fluminense ocorre entre 1940-1964, com o início do processo de industrialização que se inicia no Brasil. Teremos o eixo da Via Dutra (BR-116), ligando Rio de Janeiro e São Paulo, como expansão da metrópole, e em 1940 se instala no município de Volta Redonda, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

A partir da criação da siderúrgica estatal, nos municípios de Resende e Barra Mansa, se inicia um processo de industrialização ligado ao setor da indústria de base, como metalúrgicas, siderúrgicas e químico-farmacêutico. Neste período de 1940-1964 começa a ocorrer a troca do capital hegemônico na região, antes agrário e aos poucos se tornando uma burguesia industrial ligada à metrópole.

Alguns municípios que tinham grande relevância na época áurea do café, como Vassouras e Valença, passam a perder importância econômica com o desenvolvimento da indústria na região, principalmente por estarem afastados do eixo da Via Dutra. Esses municípios ficaram por muitos anos em decadência, mas encontraram como alternativa a refuncionalização das fazendas de café, tornando-as hotéis-fazenda e aproveitando como atração turística o histórico da região.

De acordo com Alentejano (2005) o auge do projeto de metropolização do Rio de Janeiro acontece entre os anos de 1964-1980, período marcado pela ditadura militar no Brasil, a “marcha forçada” levava o país a um desenvolvimento a qualquer custo, eliminando, segundo o autor, todas as forças contrárias possíveis que pudessem



atrapalhar o projeto de nação dos militares. Este avanço estaria marcado também pela alta especulação imobiliária, em muitos espaços ligados ao turismo.

Assim, tanto no caso da região do Litoral Sul, como no das Baixadas Litorâneas, vemos o avanço do duplo processo de metropolização e desruralização: metropolização porque aumenta a dependência e a vinculação destas áreas com a capital; desruralização porque os trabalhadores rurais são expulsos do campo e o projeto de ordenamento territorial vincula-se aos interesses do capital especulativo imobiliário ligado ao turismo (ALENTEJANO, 2005, p.60).

De acordo com Alentejano (2005) o início dos anos de 1980 marca uma desaceleração da expansão metropolitana no território fluminense, esse fato estaria ligado à desconcentração espacial da indústria no Rio de Janeiro, muito influenciado pelo que o autor chama de pós-fordismo.

Devido a essa nova realidade urbana no território fluminense, os municípios que tinham uma urbanização ainda pouco desenvolvida, como o município de Rio Bonito, passou a experimentar um novo modelo estrutural, avançando sobre algumas áreas rurais com infraestruturas urbanas, ou ainda com a desestruturação das atividades rurais, pois muitos trabalhadores rurais passaram a ser trabalhadores urbanos, absorvidos pelo setor de serviços ou pela própria indústria, devido à construção do COMPERJ, no início do século XXI.

A contemporânea configuração espacial e econômica do Estado promove fortes mudanças nas realidades locais, não só mais presentes na Região Metropolitana. Estamos presenciando uma forte onda de urbanização no interior do estado, atingindo novos municípios e com isso, o crescimento do Rio de Janeiro está promovendo alterações na interface urbano-rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Rio Bonito que pertencia à região de governo das Baixadas Litorâneas antes da referida lei de 2013, possui grande interesse em pertencer à região metropolitana do Rio de Janeiro, pois assim o poder público municipal conseguiria mais facilmente negociar verbas federais e estaduais. Uma importante observação na questão política que envolve a inclusão de Rio Bonito à Região Metropolitana é a proximidade partidária entre os governos municipal e estadual naquele momento, pois a então



Prefeita Solange Almeida era do PMDB, mesmo partido do Governador Luís Fernando Pezão.

Mapa 2: Regiões do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Pessôa, 2016.

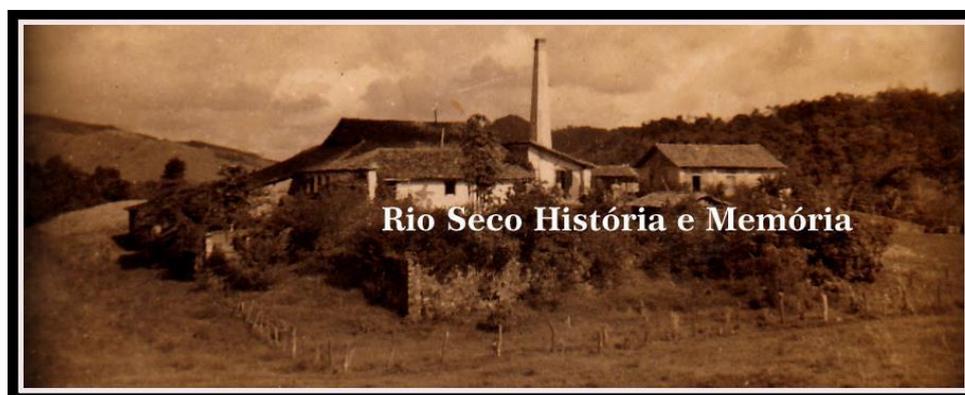
Rio Bonito teve em sua base econômica e social o desenvolvimento da agricultura, conseqüentemente a história está ligada ao espaço rural. O território que corresponde hoje ao município foi inicialmente duas sesmarias, supostamente divididas entre Pedro de Souza Pereira e Paulo da Mota Duque Estrada. Uma das primeiras atividades agrícolas desenvolvidas foi a cana de açúcar, mas logo a economia rural rio-bonitense passou à produção cafeeira que dominou o estado do Rio de Janeiro durante o século XIX (IBGE, 1959).

Consta ainda que os primeiros proprietários das terras de Rio Bonito tenham sido Paulo da Mota Duque Estrada, a quem foi concedida, em 14 de maio de 1751, uma sesmaria, formada de "sobejos nas serras do Sambê e Catimbau", e Pedro de Souza Pereira, a quem couberam os "campos detrás da serra Tapacurá, entre os rios de Caserabu e o Tanguá", em 22 de outubro de 1682. Quanto à possibilidade de terem êsses dois donatários de sesmarias tentado colonizá-las ou mesmo desbravá-las, os historiadores se prolongam em controvérsias (IBGE, 1959, p.381).



Como herança histórica do período do ciclo da cana-de-açúcar em Rio Bonito, pode-se ter como exemplo a Fazenda e Engenho Rio Seco (IMAGEM 1). De acordo com o pesquisador local Dawson Nascimento, a fazenda é uma das mais antigas do município, vivenciando os ‘ciclos’ do açúcar, café e cachaça da localidade. Sendo construída em meados do século XVIII por Manoel de Souza Couto, senhor de engenho, nascido no engenho do Pico em Itaboraí. A fazenda possui casa de residência do proprietário, os engenhos de cana e farinha, cozinha, senzalas, enfermaria para escravos e uma casa onde funcionava a escola pública, sendo o capelão da fazenda o professor.

Imagem 1: Antiga fazenda de engenho de cana-de-açúcar Rio Seco



Fonte: Rio Seco história e memória, acesso em 31/08/17.

Outra importante fazenda do período histórico da cana-de-açúcar é a Rio Vermelho (IMAGEM 2), segundo o pesquisador local Dawson Nascimento, a fazenda foi construída às margens do rio de igual nome, na zona rural do referido município. Suas origens têm início no século XVIII, quando em 1782 o capitão mór da antiga Vila de Santo Antônio de Sá, atual município de Itaboraí, ganhou algumas sesmarias nos arredores do pico do Catimbau e vale do rio Bacaxá. O engenho funcionou entre 1782 e 1946, quando suas atividades produtivas foram interrompidas em definitivo. A Fazenda Rio Vermelho chegou a possuir mais de 400 indivíduos escravizados ao longo de suas atividades.

Imagem 2: Fachada restaurada da Fazenda Rio Vermelho



Fonte: NASCIMENTO, Dawson, 2017.

De acordo com o IBGE (1959) após um pequeno período de atividade canavieira nas atuais Regiões Metropolitana e Baixadas Litorâneas, a economia cafeeira na então freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, gerou uma grande riqueza. Como uma das consequências, a freguesia foi elevada a município em 7 de maio de 1846 pela Lei Provincial 381. Outra importante transformação ocorrida no novo município foi a implementação da estrada de ferro pertencente à Companhia Ferro-Carril Niteroiense no ano de 1880.

A criação do município, como era de esperar, veio favorecer ainda mais a economia da localidade que, em 1880, recebeu novo incremento, em virtude da inauguração, a 18 de agosto desse ano, de um ramal da Companhia Ferro-Carril Niteroiense, cujo ponto terminal localizava-se, justamente, em Rio Bonito. Por essa forma, tornou-se a sede da vila um grande centro de comércio de seus produtos, e dos produtos das localidades vizinhas (IBGE, 1959, p.381).

Observaremos nas imagens 3, 4 e 5 dois momentos do transporte ferroviário no município de Rio Bonito. Na primeira imagem registrada nos anos de 1960 é possível observar a importância que a estação possuía para a economia do município, sendo o principal fluxo de escoamento de mercadorias e pessoas, tendo como principal destino a então capital do antigo estado do Rio de Janeiro, Niterói, localizada do lado oriental da Baía de Guanabara.

Imagem 3: Estação ferroviária de Rio Bonito (década de 1960)



Fonte: estacoesferroviarias.com.br. Acervo Marcelo Cardozo, acesso em 30/08/17.

Através dessa estação, perpetuava-se um local que pertencia à história do município. Entre os séculos XIX e XX, era através dessas ferrovias que movimentava a economia da região, sendo também o ponto de chegada de várias famílias que vieram se estabelecer no território rio-bonitense. Dentre elas, podemos destacar dois processos de imigração que transformaram a dinâmica territorial do município em questão: a chegada de famílias japonesas e libanesas.

A imagem 4 registra a atual situação em que se encontra o modelo ferroviário no território rio-bonitense; um evidente estado de abandono. A área que era destinada à estação de trem foi aos poucos sendo ocupada por ruas e estacionamentos, evidenciando a troca de modelos de transporte que ocorreu no Brasil, com a substituição do ferroviário pelo rodoviário, a partir dos anos de 1960.

Imagem 4: Antiga estação ferroviária de Rio Bonito em 2017



Fonte: Rocha, 2017.



O crescimento econômico do município naquela época esteve atrelado à capacidade que o modal ferroviário poderia suportar, pois foi por muitos anos, o único transporte ligando o interior fluminense à capital do estado, Niterói. Somente nos anos de 1950 com a construção do trecho Rio-Vitória da BR-101 que Rio Bonito passou a ter outro setor de transporte que pudesse ligar à antiga capital do estado.

Na imagem 5 podemos observar a evolução da paisagem urbana de Rio Bonito. Com a substituição do modal ferroviário para o rodoviário, parte da antiga estação se tornou o local para a construção do terminal rodoviário do município, além do calçamento do logradouro. Cumpre mencionar o processo de verticalização, o que possibilitou a avenida se tornar em uma das principais avenidas de Rio Bonito.

Imagem 5: Vista para a Rua Getúlio Vargas e Praça Astério Alves de Mendonça em Rio Bonito



Fontes: Foto 1: estacoesferroviarias.com.br. Acervo Marcelo Cardozo, acesso em 30/08/17. Foto 2: Rocha, 2017.

A decadência do transporte ferroviário no estado do Rio de Janeiro também foi um dos fatores que contribuíram para o declínio econômico do município. De acordo com o IBGE (1959), a estrada de ferro promoveu em Rio Bonito uma centralidade local na comercialização de seus produtos e dos produtos das localidades vizinhas.

Ao analisar o histórico da atividade rural e seus impactos no território de Rio Bonito, não podemos esquecer de mencionar a presença da população negra escravizada, que veio para trabalhar primeiramente nas lavouras de cana-de-açúcar e logo depois nas fazendas de café. A participação da população negra é de grande relevância na construção histórica e populacional de Rio Bonito, como exemplo, o avô



do autor deste trabalho, neto de ex-escravos que trabalharam em fazendas de café no município.

Segundo o IBGE (1959), o principal período de prosperidade econômica do município ocorreu em paralelo com a plantação de café e, como mencionamos anteriormente, utilizando a mão de obra escrava. Com a proibição da escravidão no Brasil em 1888 e libertação da população negra, as fazendas de café passaram por forte crise devido à perda da sua mão de obra.

Sofreu Rio Bonito um rude golpe em sua estrutura econômico- social, com a libertação repentina dos escravos, que mourejavam em suas terras, desorganizando-se todo o trabalho agrícola, quase que exclusivamente afeto ao negro escravizado. Agravou-se ainda mais a situação da localidade, com o prolongamento, até Macaé, dos trilhos da estrada de ferro que a servia, trecho êsse inaugurado logo após a Abolição, em dezembro de 1888, e que fêz com que Rio Bonito perdesse as vantagens, não pequenas, que desfrutava pela sua condição de estação terminal, e para onde convergiam os produtos das zonas circunvizinhas (IBGE, 1959, p.381 e 382).

Com o declínio do café no Rio de Janeiro, esta atividade agrícola também entrou em decadência no município, como vimos anteriormente, muito disso devido à proibição do uso da mão de obra escrava. Após o fim do seu principal 'ciclo' agrícola, os produtores passaram a ter que buscar novas opções de cultivos para sobreviver. Devido a essa necessidade, Rio Bonito começa a ganhar destaque na produção de banana e laranja no contexto do estado do Rio de Janeiro (IBGE, 1959).

Como vimos anteriormente, alguns processos foram determinantes para a decadência do setor agrícola de Rio Bonito. O início do fenômeno de industrialização da cidade do Rio de Janeiro foi outro relevante fator, gerando uma grande migração das áreas rurais para a capital. Como relato desse processo, podemos incluir membros da família Rodrigues Lessa, que têm na sua gênese a agricultura no bairro de Lavras. Alguns membros dela foram para o Rio de Janeiro, Niterói e outros para trabalhar na indústria que se desenvolvia.

Outro fato histórico importante é a entrada do Brasil na modernização da agricultura, tornando a atividade agrícola mais mecanizada. A partir da segunda metade do século XX, Rio Bonito passou a ser impactado indiretamente por esse fenômeno, pois, municípios do interior do Estado de São Paulo passam a aderir esse pacote de modernização na sua produção de laranja tornando o seu preço mais competitivo em



relação ao que era produzido em Rio Bonito e outras municipalidades da região (FERNANDES, 2010).

Portanto, muitos agricultores começaram a se deslocar para as áreas urbanas de Rio Bonito, ou até mesmo para o Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo devido às perdas financeiras. Nos relatos da pesquisa de campo observamos a família Rocha que se deslocou no ano de 1972 da sua propriedade rural, para a área urbana do município. Para o fortalecimento teórico das transformações ocorridas no território rio-bonitense, é preciso abordar brevemente o fenômeno de modernização da agricultura. Segundo Fusco (2008), “é um reflexo da lógica capitalista de ampliar a produtividade” (p. 25), a produção agrícola incorpora uma lógica industrial, onde o tempo é primordial para a maximização do lucro.

Através da modernização da agricultura, os grandes produtores rurais tinham como objetivo aumentar a sua produtividade, diminuir os custos da produção e amenizar qualquer influência proporcionada pela natureza. Para isso foi realizado um grande investimento em tecnologia biogenética, equipamentos e capacitação profissional para se adequar à nova estrutura agrícola (FUSCO, 2008).

Segundo Galvão (1995), o processo de modernização da agricultura que ocorreu no Brasil pode ser entendida como uma modernização conservadora, alterando a base técnica produtiva, mas mantendo a estrutura fundiária em que sua origem vem cultivando desde os tempos coloniais.

Em consequência indireta da modernização da agricultura ocorreu uma grande expropriação dos pequenos agricultores nos moldes da agricultura familiar. Muitos sítios e fazendas começaram a ser vendidos, com isso a área rural de Rio Bonito começou a perder sua potencialidade agrícola de épocas anteriores, passando por grande decadência produtiva. Hoje, no município, segundo dados da própria prefeitura, a produção de laranja e banana ainda persistem como principais atividades agrícolas.

Mesmo com essa decadência da produção agrícola, a agricultura familiar ainda possui um papel vital na dinâmica espacial do município, uma importante contribuição é feita através da alimentação dos estudantes nas escolas municipais de Rio Bonito pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). De acordo com o Ministério da Educação, é uma política pública que tem grande contribuição e favorecimento dos escolares beneficiando-os com uma alimentação de qualidade e rica em produtos da agricultura familiar. Com isso os agricultores também diretamente estão sendo



incentivados a produzirem cada vez mais, sendo necessário um acompanhamento técnico apoio de grupos, associações, sindicatos em busca do desenvolvimento rural econômico em Rio Bonito.

O PNAE busca garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para os escolares e o cardápio como um instrumento que assegura a oferta de uma alimentação saudável, com vistas a ofertar alimentos mais saudáveis, frescos e nutritivos, valorizando os hábitos alimentares locais e principalmente contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento e aprendizagem.

Em 2009, através da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, foi determinando que toda a educação básica e de jovens e adultos (EJA) seja atendida e que 30% do valor repassado devem ser para aquisição de produtos da agricultura familiar. De acordo com os dados abaixo do Departamento de Contabilidade do Município de Rio Bonito mostra o percentual atingido no município no período de 2015 a 2019 os percentuais foram:

Tabela 1. Percentual atingido no período de 2015 a 2019

ANO	PERCENTUAL ATINGIDO
2015	30,80%
2016	28,80%
2017	35,20%
2018	21,70%
2019	38,90%

Fonte: Adaptado por Tavares, 2020.

O período de fornecimento dos gêneros alimentícios e os produtos devem obedecer às descrições nutricionais, sanitárias e qualidade do alimento previstas no edital da chamada pública o período de validade do contrato com a prefeitura é de doze meses.

Os itens adquiridos nesse período e no fornecimento da cultura local diretamente da agricultura familiar foram: aipim; banana prata; banana d água; laranja lima; laranja natal; laranja seleta; limão; batata doce, inhame; tangerina vermelha(pokan); abóbora; abacate; caqui; chicória; colorau; farinha de mandioca; mel de abelha puro; ovo de galinha tipo caipira entre outros. Esses produtos são fornecidos conforme a estação do ano, verão ou inverno, havendo mudança de cardápio, ainda, valendo-se da sazonalidade do alimento (produção). De acordo com o levantamento elaborado pelos



autores através da chamada pública realizada no município nos anos de 2019 e 2020, os agricultores residiam nos bairros de Rio Seco, Viçosa e Catimbau.

Figura 1: Produtos da agricultura familiar na alimentação escolar



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Bonito Secretaria Municipal de Educação (2020).

Figura 2: Feira da Agricultura Familiar no Município



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Bonito Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Trabalho (2020).

A agricultura familiar é reconhecida pela geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. No entanto, diversos problemas são enfrentados por esses agricultores como a carência de informações e problemas de assistência técnica os quais são essenciais para melhorar e qualificar a produção, falta de registros ou documentações que não o possibilita de fornecer seu produto a alimentação escolar através da chamada pública que é realizada pela prefeitura local.



Todos os agricultores comercializam os seus produtos para o PNAE e participam da Feira da Agricultura Familiar que possui no município vendendo diretamente aos consumidores locais, sendo sua principal fonte de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto contemporâneo da globalização, as metrópoles brasileiras de acordo com Milton Santos (2012) passaram por fenômenos de implosão e explosão, incluindo o Rio de Janeiro. A partir dos anos de 1990 do século XX e sofrendo uma intensificação no início do século XXI, a metrópole fluminense se expandiu para além de seus limites promovendo fortes alterações na dinâmica espacial dos municípios.

A agricultura familiar tem uma grande importância econômica no município além da sua função social e de segurança alimentar. Além da Lei da Agricultura Familiar nº 11.326 /2006 que regulamenta questões de técnicas, logísticas, processo de produção, transportes e principalmente infraestrutura faz-se necessário que órgãos governamentais capacitem os agricultores mostrando técnicas de plantio, produção com maior eficiência.

Na busca pela valorização do agricultor familiar e no processo educacional dos estudantes brasileiros, o Programa Nacional de Alimentação Escolar possui um papel primordial no desenvolvimento de iniciativas locais, gerando emprego e renda. A partir deste trabalho é possível solidificar a importância de políticas públicas eficientes para o desenvolvimento social, essa relação entre alimentação escolar e agricultura familiar que acontece em Rio Bonito e outros municípios do país é um grande exemplo.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A evolução do espaço agrário fluminense. In: **Revista Geographia**, Niterói, ano 7, nº 13, pp.49-70, 2005.

BRASIL. Resolução/FNDE/CD nº 32 de 10 de agosto de 2006. **Estabelece as normas para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ago. 2006b. Disponível em: www.fnde.gov.br/index.php/resolucoes-2006/108.../download. Acesso em: 28 jan. 2021.



BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326. Acesso em 28 jan. 2021.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar.** FNDE, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso: 28 jan. 2021.

FERNANDES, Bruno Campos. **Desenvolvimento histórico da citricultura.** Faculdade de Ciências e Letras Departamento de Economia. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola.** Diário Oficial da União, Brasília, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2.

FUSCO, Fabrício Marini. Nem o céu, nem a terra: Reflexões sobre a relação rural/urbano no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) **Revisitando o território fluminense II**, Rio de Janeiro, pp. 17-40, 2008.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. **As múltiplas facetas do espaço contemporâneo no Brasil.** In: **A Geografia e as transformações globais.** Rio de Janeiro: UFRJ, p. 101-116, 1995.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Volume 22, Rio de Janeiro, 1959.

LENCIONI, Sandra. Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande.** , v.39, p.7 - 20, 2008

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. Políticas e planos territoriais nas escalas metropolitanas e regionais: análise das mudanças no Rio de Janeiro. In.: **Anais do XIV encontro nacional da Anpur**, Rio de Janeiro, Anpur, 2011.

PIQUET, Rosélia. In: SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva; MARAFON, Glaucio Jose e SANTANA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). **Rio de Janeiro: Um olhar socioespacial.** Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2010, p. 79-99.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Transformações sócio-econômicas e mudanças na rede de localidades centrais no Rio de Janeiro: o papel de Campos dos Goytacazes, Macaé e Itaperuna (1966-2007). In: **Revista Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, 2012.

RIBEIRO, Miguel Angelo; CAVALCANTI, Vera Maria d'Ávila. Tipologia dos municípios fluminenses: o urbano e o rural em questão. In: **Globalização, políticas públicas, e reestruturação territorial.** Rio de Janeiro. Editora 7 Letras, 2012, pp. 144-157.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

RIBEIRO, Miguel Angelo; O'NEILL, Maria Monica Vieira Caetano. Contraste entre a metrópole e o interior fluminense a partir da dinâmica populacional. In: GeoUERJ ano 14, n°. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 262-301.

ROCHA, Antonio Carlos Lessa da. Transformações no espaço rural de Rio Bonito-RJ: expansão metropolitana fluminense e a indução de atividades não agrícolas na segunda década do século XXI. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Editora Milfontes, v. 1, Vitória, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. 2ª edição/ 1ª reimpressão, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.